

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
SUMÁRIO

ITEM	ASSUNTO
1	DO OBJETO
2	DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO
3	DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO
4	DA PROPOSTA DE PREÇO
5	DAS DESCRIÇÕES E DOS QUANTITATIVOS
6	DA AMOSTRA
7	DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO
8	DA GARANTIA/VALIDADE
9	DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
10	DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
11	DO PAGAMENTO
12	DA SUBCONTRATAÇÃO
13	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
14	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
15	DA SUSTENTABILIDADE
16	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição de materiais para copa e cozinha** do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro/TCMRio, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência - T.R.

1.2. O critério de julgamento será o menor preço por item.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as constantes deste T.R, **prevalecerão as últimas**.

2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. A presente aquisição, em conformidade com o **Estudo Técnico Preliminar Simplificado constante do e-Memo DGS-DSG-COPA nº 01/2026**, se faz necessária para garantir o adequado funcionamento das atividades institucionais e a manutenção das condições básicas de trabalho para servidores e demais usuários nas dependências do Tribunal.

2.2. Os materiais atualmente disponíveis apresentam desgaste devido ao uso contínuo, tornando-se imprescindível sua substituição para assegurar condições higiênicas e funcionais adequadas.

2.3. Além disso, o Tribunal possui diversas unidades administrativas que demandam esses materiais para suporte nas reuniões, eventos institucionais e atividades diárias dos servidores.

3. DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO

3.1. Foi efetuada a opção pelo agrupamento visando obtenção de vantagem logística para fornecimento integral, por parte de uma única empresa vencedora do item, bem como o aumento de escala para os subitens com pouca demanda, que resultaria em menor disputa ou inexistência de interessados em apresentar propostas.

3.2. Cabe complementar que os itens foram agrupados conforme suas finalidades de utilização ou relação de similaridade nas suas especificações usuais de mercado, favorecendo o aumento da pluralidade de empresas capazes de fornecer os referidos subitens.

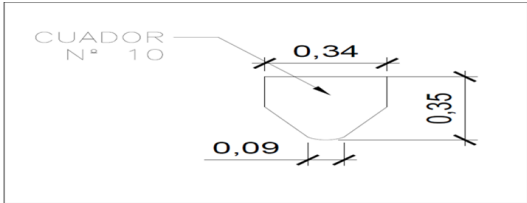
4. DA PROPOSTA DE PREÇO

4.1. Os materiais serão entregues pelo preço constante da proposta da Contratada que será fixo e irrevogável, englobando: taxas, fretes, seguros, impostos, os custos diretos e indiretos, as despesas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, financeiras e quaisquer outras julgadas essenciais ao cumprimento do objeto deste Termo.

4.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5. DAS DESCRIÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

5.1. Encontram-se abaixo as especificações do material objeto desta contratação:

Item	Sub/ item	Descrição dos Materiais	Marca/ Modelo	Un.	Qtd.	Valor Estimado Unitário (R\$)	Valor Estimado Total (R\$)
	1	Coador de café, material flanela branca, aplicação máquina de café industrial, características adicionais nº 10. 	N/A	Un.	100	13,65	1.365,00
	2	Garrafa térmica, material plástico, capacidade 1 Litro. Cor preta, características adicionais com pressão. Referência: Alladin ou similar.		Un.	24	61,50	1.476,00
	3	Garfo de mesa em Aço Inox. Referência: Tramontina ou similar.		Un.	24	1,81	43,44
	4	Faca de mesa em Aço Inox. Referência: Tramontina ou similar.		Un.	24	2,07	49,68
	Total/ Item 1						2.934,12

1	5	Xícara café com pires em porcelana. Cor Branca. Capacidade aprox: 60 ml, altura aprox: 5,5cm, diâmetro aprox: 4,5 cm. Pires: diâmetro aproximado: 10,5cm, altura aproximada: 1,8 cm. Referência: Porcelana Schmidt linha Brasília 228.		Un.	60	20,25	1.215,00
	6	Prato sobremesa raso 20cm. Porcelana cor branca. Referência: Porcelana Schimidt ou Oxford.		Un.	24	16,20	388,80
	7	Xícara de chá com pires porcelana. Cor branca 200ml. Referência: Porcelana Schmidt linha Brasília 228.		Un.	12	20,25	243,00
	Total/ Item 2						1.846,80
	8	Toalha de bandeja rendada, redonda/38cm. PVC, cor dourada.	N/A	Un.	200	2,63	526,00
	9	Toalha de bandeja rendada, retangular 45x30cm. PVC cor dourada.	N/A	Un.	200	2,85	570,00
	Total/ Item 3						1.096,00
	10	Copo capacidade 300 ml, material vidro transparente incolor, uso água/suco/refrigerante, altura 12,80 cm, diâmetro 6,20 cm, utilização reutilizável, características adicionais: liso. Referência: Nadir Figueiredo (modelo 7700 linha Cylinder).		Un.	120	5,76	691,20
	11	Jarra de vidro, barrigudinha para sucos e água. Capacidade aproximada de 2 litros com tampa transparente. Referência: Nadir Figueiredo ou similar.		Un.	12	67,50	810,00
	12	Boleira de vidro redonda com pé e tampa. Medida aproximada 30cm. Referência: Luvidarte ou similar.		Un.	4	88,50	354,00
	13	Taça boca torta, bomboniere em vidro 19x14 cm. 1,8 Litros. Referência: Luvidarte ou similar.		Un.	6	74,70	448,20
	14	Taças de sobremesa diamond vidro, capacidade aproximada 300ml. Referência: Nadir Figueiredo ou similar.		Un.	12	12,30	147,60

	15	Suqueira jarra de vidro, cristal. Suco 3 litros com torneira. Referência: Nadir Figueiredo ou similar.	Un.	2	199,50	399,00
Total/ Item 4						2.850,00
Valor estimado total (R\$)						8.726,92

6. DA AMOSTRA

6.1. **Caso o material ofertado não seja o indicado como referência**, o Agente de Contratação poderá solicitar à proponente detentora do menor preço, na etapa de julgamento da proposta, o envio de 1 (uma) unidade de amostra para análise do Serviço de Copa do TCMRio.

6.1.1. Tal solicitação será feita via “chat” do Sistema Eletrônico. Neste momento, também será estipulado o prazo para a reabertura da sessão e, se for o caso, a divulgação do resultado da análise da amostra.

6.1.2. A proponente deverá encaminhar a(s) amostra(s) no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, contados da solicitação.

6.1.3. A amostra deverá ser encaminhada aos cuidados do Agente de Contratação, endereçando para Rua Santa Luzia, nº 732 – 4º andar (Coordenadoria de Licitações/CL) – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20030-042.

6.2. A análise da amostra poderá ser acompanhada pelo representante legal da proponente ou pelo preposto, desde que legalmente constituído, não sendo permitidas, contudo, interferências verbais ou operacionais no decorrer dos procedimentos.

6.2.1. A solicitação da proponente para esse acompanhamento deverá ser formalmente submetida ao Agente de Contratação para prévio agendamento pela área técnica responsável.

6.3. Durante o período de exame da amostra, o TCMRio poderá solicitar informações adicionais, referentes aos componentes e ao objeto.

6.4. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a proponente poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

6.5. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da proponente, acompanhada das informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo.

6.6. O produto apresentado como amostra será submetido aos testes necessários, sem necessidade de serem devolvidas ao proponente ao final da avaliação técnica, sem qualquer ônus a este Tribunal de Contas.

6.7. As amostras apresentadas serão analisadas com o objetivo de aferir sua compatibilidade com as especificações contidas neste Termo, bem como as consignadas na proposta apresentada.

6.8. A amostra apresentada vincula o fornecedor ao produto em todas as suas características, ainda que as mesmas não sejam todas descritas no edital, não sendo permitidas alterações posteriores à aprovação.

6.9. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos do Edital.

6.10. Será rejeitada a amostra que não apresentar, durante os testes de avaliação, qualidade e desempenho compatíveis.

6.11. Será desclassificada a proposta da proponente que tiver a amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido. Nesta hipótese será convocada a 2ª colocada para que apresente sua amostra, e assim sucessivamente, cabendo à mesma todas as obrigações imputadas à 1ª colocada, no tocante à apresentação de amostras.

6.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a proponente será declarada vencedora provisória, com o prosseguimento do certame para etapa de habilitação.

7. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega é de **30 (trinta) dias**, após o TCMRio receber o aceite da empresa Contratada, na Nota de Empenho - na forma do item 10 deste T.R.

7.1. Os itens deverão ser entregues na Divisão de Material e Patrimônio/TCMRio, localizado na Rua Santa Luzia, nº 732 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, no horário 10:00 às 16:00 horas, em dia de expediente neste TCMRio.

7.1.1. A data da entrega deverá ser agendada junto a Divisão de Material e Patrimônio/TCMRio, com antecedência **mínima de 2 (dois) dias úteis**, por meio do telefone 21 3824-3611.

7.2. Os materiais deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

7.3. A simples assinatura em canhoto da Nota Fiscal/Fatura ou Conhecimento de Transporte implica apenas no recebimento provisório.

7.4. O recebimento definitivo dar-se-á apenas após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes na Nota de Empenho.

8. DA GARANTIA/VALIDADE

8.1. O prazo de garantia/validade do produto deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

8.2. O período de garantia será iniciado somente após o aceite definitivo do Contratante.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A fiscalização do(s) contrato(s) será exercida pela Divisão de Serviços Gerais/DSG/TCMRio, observando o fiel cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência, cabendo a este as seguintes atribuições:

9.1.1. Atestação de conformidade no fornecimento dos materiais.

9.1.2. Efetuar as chamadas técnicas para os serviços de manutenção corretiva, durante o período de garantia dos materiais.

9.1.3. Recusar o recebimento dos materiais, desde que não estejam de acordo com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições.

9.1.4. Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Termo de Referência, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.2. A existência e atuação da Fiscalização em nada restringem a responsabilidade da Contratada, no que concerne ao cumprimento das obrigações previstas no contrato, sendo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do mesmo não implica em corresponsabilidade do TCMRio, ou de seus prepostos.

9.3. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto no contrato, e/ou nas especificações que, de alguma forma, se relacione, direta ou indiretamente com o objeto em questão.

10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1. Após a homologação da Dispensa Eletrônica, o Termo de Contrato será a Nota de Empenho, de acordo com o previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, onde constará a vinculação aos termos do Aviso da Dispensa Eletrônica.

10.2. A adjudicatária será convocada para retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer para retirar a Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhar o referido documento para aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para registro do aceite no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

10.3.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

10.4. No caso de a Adjudicatária não retirar a Nota de Empenho ou não registrar o aceite, poderá o Agente de Contratação convocar outro licitante para celebrar a contratação, desde que respeitada a ordem de classificação, após a verificação da aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária para crédito em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de boleto/fatura, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da sua apresentação, atestado por dois servidores do setor competente deste Tribunal, após a regular liquidação da despesa, na forma da legislação

vigente.

11.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, por exemplo, a inadimplência contratual, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É vedada a subcontratação total do objeto desta contratação.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Entregar os materiais em perfeitas condições, que não denotem uso anterior, nas quantidades, prazos, qualidade e marcas licitadas, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo Contratante.

13.2. Assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento e entrega dos produtos, não podendo transferi-la a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

13.3. Discriminar na nota fiscal as especificações do material de modo idêntico àquele apresentado na proposta.

13.4. Designar preposto para recebimento das notificações referentes a esta contratação, com indicação de e-mail e telefone.

13.5. Efetuar a troca do produto que se encontrar fora da especificação ou impróprio para utilização, sem ônus para o Contratante, arcando com todas as despesas inerentes ao transporte, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da notificação do TCMRio.

13.6. Substituir, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação do TCMRio, no caso do produto, objeto da troca do subitem anterior, também apresentar qualquer irregularidade.

13.7. A Contratada deverá recolher, por sua conta e inteira responsabilidade, todos os impostos, taxas e contribuições que incidam sobre os materiais/serviços, inclusive os de natureza social, trabalhista e previdenciária.

13.8. Responsabilizar-se pelos danos que por ventura sejam causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do material no Almoxarifado, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Atestar a Nota Fiscal.

14.2. Efetuar o pagamento devido no prazo estabelecido.

14.3. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão entregues os produtos.

14.4. Devolver, com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações.

14.5. Notificar a Contratada, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido.

14.6. Aplicar as penalidades cabíveis, previstas neste Termo e na legislação vigente.

15. DA SUSTENTABILIDADE

15.1. Os produtos cotados devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação e descarte, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações; e, os resíduos decorrentes de sua fabricação devem ter destinação ambiental adequada.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

16.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

16.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

16.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 16.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações estabelecidas nos subitens 16.1.1 a 16.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
 - a. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - b. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - c. as peculiaridades do caso concreto;
 - d. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - e. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - f. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
 - g. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda

desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- h. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, acaba com a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- i. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- j. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.
- k. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- l. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- m. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- n. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.